

ARQUIVO 4

Teoria da Dependência: o Presidente versus o Sociólogo? Uma Interpretação Crítica

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho¹

Resumo

A Teoria da Dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de renome internacional e atual presidente da república do Brasil, surge num contexto de aumento da dependência da produção interna frente às empresas transnacionais. Seria uma análise da conjuntura estabelecida no governo de Juscelino Kubitschek em finais da década de 50. A idéia aqui elaborada é a de identificar que a teoria é aplicada pelo presidente assim como dizer que há uma coerência entre o cientista e o político Cardoso. Desta forma, se não é possível esquecer o que foi escrito, a questão é: ser contra ou a favor do sociólogo?

Palavras-Chave: Dependência; Desenvolvimento; Cientista e Político; Países Centrais; Países Periféricos.

Abstract

The Dependency Theory formulated by Fernando Henrique Cardoso, sociologist known world wide, raises in a context of growing dependency of the internal production upon the transnational enterprises. It will be an analysis based on the conjecture of Juscelino Kubitschek's government in the end of the 50's. The idea inserted here is to show that the president applies his own theory, to say that there is a similarity between the scientist and the president Cardoso. In fact, if it is not possible to forget what was written, the question is: to be for or against the sociologist.

Key Words: Dependency; Development; Scientist and Politician; Central Countries; Periferic Countries.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela FACE/UFMG; Mestrando em Economia pela UFV; Professor e Pesquisador do Centro Universitário de Ciências Gerenciais – UNA; e Assessor da Secretaria de Estado de Minas Gerais de Minas e Energia em questões de comércio internacional. E-mail: josefilho@seme.mg.gov.br

1. Introdução

A tese estruturalista de Raúl Prebisch, difundida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), durante a década de 50, é considerada como uma das mais importantes contribuições ao pensamento latino-americano, uma vez que, ao criar um objeto próprio de estudo, a realidade econômica dos “países em desenvolvimento”, diferencia-se das demais práticas acadêmicas adotadas até então, as quais buscavam elementos teóricos exteriores que comprovassem as suas respectivas hipóteses, sendo que estes elementos eram característicos de outras realidades bem distintas. Ademais, pode-se constatar um caráter epistemológico dos estudos cepalinos, coadunando com uma reação contrária ao *mainstream*.

Diante deste foco de trabalho economistas e cientistas sociais buscavam compreender a dinâmica do desenvolvimento em economias de industrialização tardia. Era necessário esclarecer as relações de dependência de alguns países periféricos com determinados pólos hegemônicos do sistema capitalista, a fim de identificar, para os primeiros, caminhos viáveis de desenvolvimento sustentado. Convencionou-se, então, identificar dois blocos distintos de países, a periferia e o centro. Um dos princípios fundamentais do subdesenvolvimento da América Latina era sua dependência das exportações de matérias-primas, sujeitas às flutuações da conjuntura do mercado externo. Por outro lado, aos países centrais cabiam as exportações de bens industrializados. Nota-se que, inseridas neste contexto econômico, as economias periféricas transferiam renda para os países desenvolvidos, inibindo sua própria industrialização. Esta foi uma das justificativas para estimular o processo de “substituição de importações”.

Ainda assim, por meio de um elevado protecionismo, destinado a reduzir as importações de alguns artigos manufaturados para promover a produção interna em determinados setores estratégicos, constata-se também um aumento da dependência da produção nacional frente às empresas transnacionais. A Teoria da Dependência aparece como uma consequência dessa nova situação. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, dois sociólogos de renome internacional, podem ser considerados como precursores desta teoria, ambos trabalhando, em meados da década de 60, na CEPAL no tema intitulado “Dependência e desenvolvimento na América Latina”.

Atribuir o êxito de todo o trabalho teórico somente a um dos autores seria um erro. Entretanto, talvez de forma injusta, o presente trabalho procura discutir, na

visão do sociólogo Cardoso de ontem e atual presidente da república do Brasil, o desfecho da Teoria da Dependência. Seria uma associação de acadêmico e político em uma só pessoa, focando uma análise teórica e prática. A idéia é a de examinar até que ponto existe uma ruptura do pensamento com o que é feito.

Para tanto, três seções são apresentadas. A primeira seção sintetiza a principal corrente da Teoria da Dependência elaborada por Cardoso e Faletto, mostrando como se dá a combinação entre economia, sociedade e política em momentos históricos e situações estruturais distintos. A segunda seção discute os aspectos de coerência entre o cientista e o homem político. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. A Obra Original

É essencial para a compreensão do pensamento de Fernando Henrique Cardoso distinguir a problemática posta em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”. Vale ressaltar que o referido ensaio foi uma proposta de caracterizar diferentes núcleos nacionais latino-americanos em uma determinada época. Não era a pretensão dos autores desenvolver uma teoria generalista que fosse aplicável em diferentes períodos. Sendo assim, para entender a Teoria da Dependência é necessário situar o período em que foi escrita.

A crise de 29 proporcionou um mecanismo de defesa e de desenvolvimento em algumas economias latino-americanas, reorganizando a produção e os mercados internos. Com o término da Segunda Guerra Mundial, alguns países da América Latina vislumbravam um desenvolvimento industrial que parecia ser capaz de sustentar transformações econômicas condizentes com um desenvolvimento sustentável. Este ciclo de expansão deveria basear-se no mercado interno e no sistema produtivo industrial diversificado. Tais fatores conduziram à criação de uma indústria nacional de bens de capital. A dinâmica do mercado interno asseguraria o desenvolvimento continuado, ainda que existisse uma relação com o mercado internacional, seja para exportar e, ao mesmo tempo, manter a capacidade de importar. Esse período ficou conhecido como nacional desenvolvimentista.

O sentido fundamental do desenvolvimento estaria dado pelo mercado interno e não pelo mercado externo. De acordo com a crença comum dos economistas, o desenvolvimento, diante de uma conjuntura extremamente favorável, desde uma base industrial e tecnológica capaz de promover a diversificação e o aumento da produção até a implantação de uma infra-estrutura básica criada pelo Estado,

dependência principalmente da capacidade de cada país tomar decisões políticas requeridas, ou melhor, de uma dinâmica de dentro para fora. O nacionalismo e o populismo estiveram presentes na fase de consolidação do mercado interno. Acrescentava-se que, neste estágio, as economias latino-americanas caminhassem para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional.

Entretanto, desde fins da década de 50, essa perspectiva otimista de crescimento não foi verificada. Desta forma ficava difícil explicar porque novos campos de produção autônoma não eram estabelecidos, uma vez ultrapassada a etapa de “substituição de importações”. Pode-se dizer que, embora as condições econômicas dos países apontassem diretamente para o desenvolvimento, algumas condições institucionais e sociais faltavam ao processo. Porém, não seria suficiente para responder esta questão, substituir a perspectiva econômica da análise por uma sociológica. Segundo CARDOSO & FALETTTO (1975, 21):

“Trata-se, por conseguinte, de buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los. Isto supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de processo histórico”.

Dessa maneira, o desenvolvimento é resultado da interação de grupos e classes sociais com interesses materiais e valores distintos. Esta relação é intrínseca ao sistema sócio-econômico. Portanto, é possível inferir que o processo de mudanças de qualquer nação está atrelado às tensões entre grupos com interesses sociais e políticos divergentes, alguns de natureza interna aos países e outros de natureza externa, dependendo das estruturas de dominação. O ponto fundamental está em determinar o modo de dominação, pois é por intermédio deste que se compreende a dinâmica das relações de classe. Fica evidente, particularmente para o caso dos países latino-americanos, que a explicação das estruturas de dominação requer uma análise que estabeleça determinantes internas e externas. Entretanto, as componentes externas se expressam como um modo particular das relações sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. Conforme a abordagem de CARDOSO & FALETTTO (1975, 23):

“(...) É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo

específico de conceito “causal-significante” – e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “conseqüências” internas”.

Nesta visão, a questão sociológica do desenvolvimento implica em um estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que afetam os tipos de controle e decisões do sistema econômico, posto que as interseções entre o sistema econômico e o sistema social revelam as possibilidades de desenvolvimento. A fim de permitir um estudo mais específico entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, é necessário uma ampliação do foco de estudo, englobando não só as suas respectivas sociedades como também a relação existente com os países desenvolvidos, já que, como mencionam CARDOSO & FALETTTO (1975, 25), *“(...) a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades periféricas e centrais”.* Assim sendo, o conceito de subdesenvolvimento comumente empregado, referindo-se ao forte vínculo com o setor primário, à concentração de renda, à pouca diferenciação do setor produtivo e, sobretudo, ao predomínio do mercado externo sobre o mercado interno, deve-se vincular historicamente ao mercado mundial e a formação dos grupos sociais internos. Estes últimos, por sua vez, como característica do subdesenvolvimento, definem relações orientadas para o exterior. De acordo com CARDOSO & FALETTTO (1975, 26),

“A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas.”

Para os autores, é preciso distinguir tanto o conceito de dependência quanto o de “centro” e “periferia”. A noção de dependência condiz, num plano interno e externo, com uma articulação do sistema econômico e do político. Já o conceito de “periferia” se diferencia do de subdesenvolvimento, pois há a incorporação da idéia de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura de produção em escala global. O crescimento econômico é definido perante os

fatores político-sociais internos, os quais estão vinculados em uma dinâmica dos centros hegemônicos.

O argumento teórico até aqui proposto é ressaltar a inserção econômica nacional no mercado internacional e transpor as inter-relações entre grupos sociais de cada país entre os grupos externos. Ademais, mostrar que as economias latino-americanas não seguem o mesmo processo evolutivo das economias desenvolvidas, identificando uma análise própria de estudo, o que requer uma tipificação histórica e estrutural diferente. Nesse sentido, é diagnosticado uma espécie de "patrimonialismo histórico"², o qual explica como se dá o vínculo de algumas nações americanas com o sistema mundial de poder e sua inserção, periférica, na economia internacional. Estabelece-se uma linha evolutiva do período colonial até a formação dos Estados nacionais. Nesta passagem, a ruptura do pacto colonial significa uma nova ordenação da economia e da sociedade local, mantendo, mesmo assim, relações de dependência com os centros hegemônicos. Distinguem-se dois tipos de interações: o primeiro que controla o sistema produtivo nacionalmente, sendo uma extensão do sistema produtivo colonial, porém gerenciado pelas oligarquias locais; e o segundo referente às economias de enclave, diretamente ligadas à expansão das economias centrais.

A dependência, neste ângulo, mesmo com implicações exteriores à nação, é determinada de forma interna entre os agentes e com um caráter endógeno de transição, que depende exclusivamente das alianças formadas no veio do sistema nacional com o intuito de proporcionar a expansão e o crescimento. Em síntese, a lógica inserida no trabalho, em resposta à fragilidade do desenvolvimento das nações periféricas, as quais não lograram êxito após o processo substitutivo de importações, mesmo com todos os indicadores tendendo ao nível favorável, refere-se a uma análise que não pode ser só estrutural, mas que compreenda o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as de caráter conservador como as de cunho revolucionário. Trata-se de uma análise sociológica que estabeleça uma ligação entre a dinâmica social e econômica.

Após traçar o referencial metodológico, o êxito teórico de CARDOSO & FALETTO (1975, 114) está presente no último capítulo do livro: "*A Internacionalização do Mercado: o Novo Caráter da Dependência*". Limites estruturais são identificados no desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, sendo os mesmos permeados de distintas forças sociais. A formação do mercado interno, inserida no quadro social e político das sociedades latino-americanas, implica,

² Cardoso e Faletto estabelecem a idéia patrimonial, mesmo sem utilizar o conceito propriamente dito, o qual foi cunhado originalmente por Raymundo Faoro na segunda metade da década de 50.

com a crescente industrialização, em uma necessidade de acumulação e, em igual momento, em uma forte diferenciação social. A fim de obter uma maior participação econômica e política, as pressões dos diferentes grupos, marginalizados ou não, são contrárias ao tipo de investimento capitalista, o que identifica uma crise do populismo e da organização política representativa dos setores dominantes. Diante desta situação, ordena-se uma nova base de interação do setor produtivo orientado para o mercado interno e os pólos dominantes. Como estreitamente das alternativas de desenvolvimento, os vínculos entre centro e periferia são reforçados, uma consequência imediata da crise interna.

Com o fracasso de um crescimento autônomo, tem-se a abertura dos mercados internos ao controle dos grupos hegemônicos, com a finalidade de retomar os padrões de crescimento alcançados na fase inicial de industrialização substitutiva e da consolidação do mercado interno. Para tanto, dado as restrições internas de crescimento, há uma transferência de capitais do centro para a periferia, basicamente no que se refere aos investimentos diretos de corporações estrangeiras, uma novidade no esquema anterior de aplicações financeiras e de empréstimos. Tais investimentos foram uma forma de aproveitar o mercado já existente ou mesmo assegurar o controle de um mercado em expansão, claramente um movimento de obtenção de novos mercados por parte dos capitais industriais estrangeiros. A aliança dos capitais externos com os interesses predominantes nacionais define uma pauta de industrialização, que permite a criação de uma "indústria moderna" compatível com os padrões internacionais. Diante desta nova "situação de desenvolvimento", o tipo de dependência imposta pelo financiamento externo (endividamento crescente, principalmente de curto prazo) adquire um significado diferente do conceito anteriormente definido. As economias periféricas têm o seu lugar no contexto internacional, mesmo que de forma dependente aos centros capitalistas. Ainda que as decisões de investimento dependem substancialmente da conjuntura externa, o consumo se dá de forma interna, o que permite pensar, simultaneamente, em desenvolvimento e autonomia. Inaugura-se, por conseguinte, o novo eixo de ordenamento da economia nacional. Pode-se pensar num desenvolvimento associado, cuja dependência não implica, necessariamente, em uma estagnação econômica.

3. Coerência entre o Cientista e o Homem Político

A inserção do Brasil no mercado internacional, tema que se liga com a contribuição de Fernando Henrique Cardoso à Teoria da Dependência, é colocada em debate na década de 90 como uma das prioridades do governo. Nesta seção, a

análise será conduzida a fim de identificar uma linha de coerência entre a teoria e o que é praticado. Desta forma, o que foi escrito pelo presidente jamais será esquecido. Existem traços comuns entre o presidente e o sociólogo que determinam, em certo grau, os acontecimentos. É possível pensar que, diferentemente da opinião dominante, Fernando Henrique Cardoso não se identifica como um membro da esquerda. A sua dupla personalidade seria, no limite, uma esquerda às avessas, um teórico (um político) que propôs a abertura econômica como sendo a única possibilidade de crescimento, mesmo que esta expansão compartilhasse com uma dependência externa e uma massa de excluídos. Muito embora o presidente se diz parte de uma nova esquerda, não a que prega o socialismo como forma de mudança do modo de produção, mas aquela que tenta estabelecer, ao encontro da sociedade de mercado, a universalização dos direitos e bens.

Neste propósito, é necessário traçar a conjuntura econômica dos anos 90 e, paralelamente, mostrar quais pontos convergem para um denominador comum. No que decorre do chamado Consenso de Washington, programas de ampla abertura comercial e de desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho são impostos às nações periféricas. Cabe aos países centrais, atendendo aos interesses de suas grandes empresas e instituições financeiras, criar um ambiente favorável ao predomínio das políticas neoliberais, com o intuito de demarcar maiores espaços livres de atuação. No caso brasileiro, a década de 90 foi marcada por profundas transformações macroeconômicas de caráter liberal. A proposta do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foi definida com base numa estratégia de um novo modelo de desenvolvimento, que combinava três aspectos políticos: (i) a garantia da estabilidade monetária com a determinação de regras básicas sobre investimentos e esquemas de financiamentos; (ii) a definição dos setores que deveriam ser abertos ao capital estrangeiro e como se daria a infraestrutura para a sustentação de investimentos nacionais e internacionais; e (iii) a preservação dos interesses nacionais frente ao processo de globalização crescente, com uniformização legal de normas internacionais relativas a investimentos e comercialização. Para CARDOSO (1994), o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização protegida esgotou-se, posto que havia uma desorganização do Estado no período inflacionário. Era preciso implementar um modelo de desenvolvimento que combatesse a miséria e a concentração de renda, assegurando a inserção inteligente da economia brasileira no mundo. Nesse sentido, CARDOSO (1994, p.185) acredita que,

“A reforma do Estado é indispensável para a estabilidade econômica, o desenvolvimento sustentado, a correção das desigualdades sociais e regionais. Ela irá torná-lo mais

competente e voltado à inovação social. Irá também fortalecer-lo contra as pressões do clientelismo político e dos interesses particulares de grupos ou corporações. Sem a reconstrução do Estado, tampouco será possível criar os instrumentos pelos quais a inevitável rearticulação entre o país e o exterior se dará efetivamente conforme os interesses nacionais.”

Conforme o exposto acima, a proposta defendida remete, diante da reforma do Estado, a uma política de intercâmbio com o exterior, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, arraigado nos interesses específicos da nação. Nesse intuito, propõe-se a liberalização comercial, eliminação de restrições não tarifárias e forte redução tarifária, o que representa um movimento oposto ao elevado protecionismo anteriormente adotado. Também se propõe a constituição de um Estado-mínimo, onde o Estado deixa de fomentar a economia com os seus próprios recursos e passa a desenhá-los caminhos que estimulam a iniciativa privada no investimento e no desenvolvimento de setores estratégicos. A privatização de algumas empresas públicas, inseridas neste processo, conduz a uma passagem de Estado-empresário para a de Estado-regulador.

Ambas as idéias, tanto a liberalização quanto a de Estado-mínimo, não excluem o que foi proposto pela teoria da dependência, já que o objetivo sociológico da obra de Fernando Henrique Cardoso era o de explicar o desenvolvimento das nações periféricas diante de uma dinâmica interna com diferentes grupos sociais em um contexto de dependência externa e não o de propor um desenvolvimento autônomo de forma eminentemente nacional. Sendo assim, o que é aplicado na economia brasileira dos anos 90 está de acordo com a formulação original da teoria. A abertura comercial é defendida por meio de uma crença na ineficiência da produção interna. Tal abertura, uma vez iniciada, promoveria a modernização de todos os setores até então protegidos, permitindo o *catching up* tecnológico. Em consonância com a política comercial, a busca de parceiros externos, a fim de preencher os pontos de estrangulamentos, dotaria o mercado interno de uma nova tecnologia, fato que diversificaria a produção nacional, podendo não só incorporar como também exportar os novos produtos. Desta maneira, seria possível reduzir a amplitude do desenvolvimento entre os países centrais e periféricos, ou melhor, uma diminuição do *gap* entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Segundo COHN (1996, p.8):

“(...) Mais do que desenvolvimento (econômico) está em jogo a modernização, política sobretudo. É este o grande

tema que aqui se introduz e que nunca mais abandonará as preocupações, na prática acadêmica e na política, de Fernando Henrique."

No enfoque sociológico, por outro lado, a dinâmica do desenvolvimento deve ser vista em termos de um movimento social, enfatizando o confronto de interesses e o conflito. A tensão interna dos diferentes grupos sociais desencadeia e orienta o processo de desenvolvimento. Neste ponto, a questão da dominação é colocada. Entretanto, mesmo abandonando a idéia do Estado-empresário, não importa que coalizão social permitirá a modernização, mas sim que o desenvolvimento seja alcançado. Isto porque a burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel da ideologia nacional-populista. Seria um estado maquiavélico de que "os fins justificam os meios". Ao conduzir suas análises por uma espécie de "subcapitalismo", desenvolvimento associado e dependente, Fernando Henrique Cardoso se distingue de seu mestre Florestan Fernandes, para quem a revolução burguesa brasileira queria realizar a implantação de uma economia capitalista independente e nacional. Mesmo aspirando um capitalismo nacional, o qual aliasse desenvolvimento e soberania, Florestan sabia que esta situação era utópica, "(...) *Isto porque a burguesia está em uma posição sempre e renovadamente dependente.*" (REIS (2000, p.218). Sendo assim, um projeto autônomo de desenvolvimento, na visão das economias atrasadas, é impossível dentro de um sistema capitalista. Desta forma, pode-se dizer que não há nenhuma incompatibilidade em alguém ser teoricamente dependente e politicamente de direita. O sociólogo realmente é o presidente.

4. Considerações Finais

Ao longo da sucinta exposição, é interessante perceber como se dá a nova interpretação da dependência no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, contrariamente à estagnação econômica prevista pela maioria dos cientistas sociais e economistas de esquerda dos anos 60. A luz do pensamento Cardosoiano, a dependência é vista com um certo otimismo, abrindo espaço para o desenvolvimento latino-americano bem como do Brasil, especificamente. O ponto abordado e de fundamental importância se refere à adequação teórica ao contexto do processo de globalização. O projeto socialista deixa de aparecer como a construção da democracia, sendo o principal motivo de retaliação da ala radical esquerdista.

No plano teórico, a abordagem dependentista, ao identificar a consolidação de uma indústria nacional com a entrada das multinacionais na produção interna,

situação pela qual corroborou para que a burguesia formasse uma aliança com o imperialismo e com as elites tradicionais, foi a principal contribuição da obra "Dependência e desenvolvimento na América Latina", posto que a interpretação nacional-burguesa, aplicável à realidade dos anos de 1930 a 1950, era insuficiente para explicar o pacto da burguesia industrial, antes nacional, com a agrário-mercantil, associadas aos investimentos externos. Ainda assim, por meio de uma análise própria de estudo, buscou-se integrar o econômico, o social e o político. Nesses moldes, a Teoria da Dependência percebeu a internacionalização do mercado interno e a associação de duas classes aparentemente opostas, a burguesia nacional e internacional. Com a internacionalização da economia nacional, haveria um crescimento do consumo e da produção interna, o que aumentaria a massa de capital. Portanto, é mais crível pensar em dependência e desenvolvimento capitalista do que em desenvolvimento do subdesenvolvimento, como freqüentemente utilizado. É neste cenário que a questão macroeconômica, centro e periferia, articulando distintos atores sociais, externos e internos, possibilita a proposição de dependência e industrialização, fato intrínseco ao capitalismo.

No que diz respeito ao lado prático e político, nota-se que o vínculo teórico é bastante forte, uma vez que a busca incansável da internacionalização econômica é uma das ações básicas do governo FHC, como assim é chamado. Ao promover o dinamismo à abertura comercial dos anos 90 e o ingresso de grupos estrangeiros na economia nacional, o argumento implícito é o de crer no desenvolvimento associado, interagindo, como teoricamente proposto, grupos estrangeiros e nacionais. O país deve se abrir para incorporar o novo capital e, além do mais, o Estado não tem condições de organizar a economia sozinho, ou seja, deve ser mínimo. Este é o ponto de interseção entre teoria e prática, o ponto que permite identificar um sociólogo no presidente e vice-versa. É claro que os escritos, mesmo retratando uma realidade anterior, distinguem um processo contínuo do capitalismo, mais intensificado em finais da década de 90. Talvez daí a retomada dos debates da Teoria da Dependência na atual conjuntura. Há, portanto, ao contrário do que muitos dizem, uma coerência entre o presidente e o sociólogo. A tese inicial formulou uma dinâmica interna do desenvolvimento, mas com uma interdependência ao capital externo. Mesmo com a dependência, a industrialização estaria ligada a bases sociais articuladas internamente, o que lhe daria um caráter de independência do processo global.

Porém, a nosso ver, a falha do raciocínio de Fernando Henrique Cardoso está em desenvolver um modelo no qual os investimentos externos vão ao encontro dos interesses nacionais, o que não possui uma real ligação. A decisão de investir é uma variável econômica e política, e não social. Econômica, porque os capitais

migram para as regiões mais lucrativas, ambiente pelo qual a reposição do capital é mais acelerada. Política, pois as empresas transnacionais possuem vínculo direto com os seus países de origem, visto que parte dos lucros é enviada ao exterior. Pode-se dizer que, com o *boom* tecnológico experimentado pelo mundo nos finais do século XX, as transações financeiras ficaram mais ágeis e, simultaneamente, as informações ficaram mais acessíveis, permitindo a melhor decisão por parte dos investidores. Aos grandes capitais internacionais, inseridos nos principais mercados do planeta, a diversificação do risco é a maneira mais eficiente de maximizar os benefícios.

Desta forma, em uma visão predominantemente sociológica, simplificar uma situação na qual haveria uma perfeita articulação entre interesses nacionais e internacionais, abstraído-se o plano conjuntural (político e econômico) dos investimentos, foi o salto teórico inadequado para o tipo de análise estudada. Enfim, ao contrário da teoria, o capital especulativo, mesmo na forma de investimento direto, não tem compromisso com o desenvolvimento humano e social, já que transfere recursos aos países centrais. Melhor dizendo, a globalização é um processo que amplia as distorções entre centro e periferia, concentrando a riqueza nos países dominantes. À periferia, apenas o “Exército de Reserva” conceituado por Karl Marx.

5. Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo*. Brasília: s. ed., 1994.
- COHN, Gabriel. Entre estrutura e estratégias: solucionar a modernização é a questão comum ao intelectual e ao político. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 out. 1996. Mais, p.8.
- FREIRE, Vinícius Torres. FHC põe suas idéias no lugar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 out. 1996. Mais, p.4-10.
- FREIRE, Vinícius Torres. Que fim levou a dependência? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mai. 1995. Mais, p.4-7.

MARTINS, José de Souza, REIS, Fábio Wanderley, COMPARATO, Fábio Konder. Três olhares sobre FHC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 1998. Jornal de resenhas, p.10.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SEERS, Dudley (Comp.). *Teoria de la dependencia: una revaluación crítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.